

Os estudos de gênero e a mágica da globalização

Heloísa Buarque de Hollanda

Falar sobre os estudos de gênero ou sobre qualquer assunto relacionado com a utopia do dissenso, da convivência das diferenças ou da esperança no advento de uma democracia radical para lembrar, com certa saudade, a proposta de Laclau. (cf LACLAU: 1992, 127) pode soar, nestes dias pós 11 de setembro, como uma idéia desafinada ou, digamos, “levemente alienada”.

Se, em 85, vivíamos o sonho pós-moderno multiculturalista, hoje, ao contrário, pensar a diferença é enfrentar um tempo no qual emergem, sem aviso prévio, novos e ferozes racismos, xenofobias radicais, intolerâncias violentas.

Para nós, acadêmicos, o momento é também tão complexo quanto desafiador. Portanto, pensar gênero nesse novo contexto é ainda um horizonte enigmático porque passa necessariamente pelos problemas que multiculturalismo e a globalização acabam de nos colocar e que, de certa forma nos fazem renegociar as certezas & prioridades das agendas teóricas feministas.

Neste quadro uma questão me preocupa particularmente: que lugar têm as culturas e demandas feministas locais frente à mágica da globalização?

Durante estas últimas décadas, os estudos sobre gênero, raça (etnias) e nações pós-coloniais já consolidaram um saber hoje amplamente reconhecido. Por outro lado, os modelos teóricos propostos por esta área de conhecimento também provaram-se bastante eficazes no trato com as diferenças e/ou alteridades, suas hierarquias, estratificações sociais (como classe, castas ou religião) e a especificidade destas diferenças de acordo com suas histórias e contextos locais.

Entretanto, neste complexo contexto dos processos globalizantes, para escaparmos dos velhos clichés - colonial x pós-colonial, moderno x pós-moderno, ocidente x oriente, centro x periferia, global x local ou o ocidente & o resto, - como uma maneira de conseguir recolocar a questão da alteridade e da diferença, torna-se urgente lançar mão de instrumentos teóricos radicalmente novos.

Neste sentido, creio que as sugestões de Andreas Huyssen em seu ensaio “Estética e Política na era da Globalização” (HUYSSSEN: 2000:5) para a produção de um viés teórico emergencial são bastante estimulantes. Diz Huyssen:

“Se a globalização requizesse uma única coisa do teórico da cultura, esta coisa seria um modelo para estudos comparativos. Estudos comparativos que atravessem fronteiras, línguas e atravessem culturas, um tipo de estudos comparativos que ajudem alimentar um novo sentido de conectividade e que talvez até ajudem a criar uma forma de cosmopolitismo alternativo e auto-crítico”.

Na busca de um estudo neo-comparativo, a percepção e o exame das diferenças e especificidades locais pode servir como um apoio precioso para o situar-se dos estudos de gênero no quadro da produção científica ou da militância inserida num contexto globalizado.

É portanto procurando oferecer elementos para o começo de uma reflexão do pensamento feminista através de fronteiras que vou procurar me fixar em algumas características bem locais e específicas do desenvolvimento dos estudos feministas no Brasil.

Estas primeiras observações levam em conta o fato de que a maioria dos traços diferenciais dos estudos de gênero e do feminismo no Brasil encontram claras correspondências com as práticas da militância, da pesquisa e da reflexão sobre a mulher dos nossos vizinhos continentais, os estudos feministas latinoamericanos

Começo por alguns números eloquentes sobre o rápido crescimento da participação das mulheres na esfera pública nacional nestes últimos 10 anos.

Um dos marcos que vou usar nesta exposição é o resultado dos grupos de trabalho formados para as conferências internacionais patrocinadas pelas Nações Unidas – especialmente as de Cairo, 1994, e Pequim, 1995. Estes grupos, ao longo da década, intensificaram o debate de idéias e a articulação de propostas a serem apresentadas nos fóruns governamentais e não governamentais em função de uma atitude, sem precedentes na nossa história: o governo brasileiro, pela primeira vez, tomou como base para a

elaboração do texto apresentado em Pequim pelo Ministro de Relações Exteriores uma consulta à sociedade civil.

De acordo com esse documento, a presença das mulheres em 1994, ainda era bastante reduzida tanto no Congresso quanto no Senado, onde a porcentagem de mulheres era de apenas 5.7%. Para contornar esses números, as mulheres no Congresso Nacional organizaram-se e conseguiram aprovar a lei que garante um mínimo de 20% de candidatas mulheres ao legislativo a partir de 1996. A publicação de um Manual – no quadro da campanha “Mulheres sem medo do poder” em outubro de 2000 - para treinamento de mulheres candidatas à Prefeituras pode ser visto como um revival, nos anos 1990, das lutas feministas dos anos 60. O resultado deste revival, bastante positivo, pode ser conferido por alguns fatos eloquentes como a volta do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, ligado diretamente ao Poder Executivo e que tinha sido desmantelado durante a era Collor; o fortalecimento dos Conselhos da Mulher, Estaduais e Municipais, e a criação do Fórum Nacional. Resultados que, sem dúvida, definem novas possibilidades para o encaminhamento de demandas e políticas públicas relativas às mulheres.

Em termos de trabalho, as mulheres brasileiras deram um salto. É possível afirmar que o aumento do número de mulheres no mercado de trabalho foi a mudança mais notável que ocorreu no país nestas últimas décadas. Com a inclusão de uma média de 12 milhões de mulheres no mercado de trabalho, um aumento de 63% em relação à participação masculina, as mulheres passaram a ter um papel mais decisivo do que o masculino no crescimento da população economicamente ativa.

Entretanto, esse cenário de vitória e aquisição de poder na esfera pública e no mercado de trabalho não corresponde a uma alteração significativa nas práticas comportamentais e na lógica discursiva das mulheres brasileiras (e, nesse caso, eu não temeria dizer também para as mulheres latinoamericanas) que mantém quase inalterada sua ambiguidade estrutural de feitiço modernista.

É importante sublinhar que esta ambiguidade não é encontrada na defesa dos direitos da mulher mas é bastante clara nas conversas e declarações mais gerais sobre as conquistas feministas e as estratégias das demandas pessoais e privadas das mulheres. Fato

este que termina gerando formações retóricas bastante peculiares sobre a situação real das mulheres brasileiras.

Historicamente, sempre foi desconfortável para as mulheres brasileiras (e latinoamericanas) sustentar publicamente um engajamento nas lutas feministas. Dessa forma, o que termina parecendo ter sido a verdadeira causa das conquistas e das atuais funções de liderança da mulher na esfera pública é a inclinação e talento naturais femininos na área administrativa e financeira, já comprovados na esfera doméstica - e que hoje estariam em sintonia com a demanda dos novos modelos gerenciais neo-liberais. Além desse grave equívoco, é ainda possível ouvir-se ecos e resíduos discursivos que insistem num suposto paradigma matriarcal na formação da sociedade brasileira, paradigma esse que teria impedido o florescimento dos males machistas entre nós. Uma crença bastante manipulada pelos artistas modernistas e literatos antropófagos da década de 1920. *Insight* semelhante pode ser verificado no debate sobre as relações raciais no Brasil focado na idéia de que os processos bem vindos de miscigenação e a lógica de uma democracia racial no Brasil é única no mundo e erradica o perigo do racismo em nossa cultura. Ainda que respeitando esse sentimento de orgulhosa excepcionalidade nas nossas relações de gênero e raça, é importante apontar o claro parentesco dessas ideias com alguns conceitos chave no modernismo latinoamericano como o de Raza Cósmica de José Vasconcellos ou o de Transculturación de Fernando Ortiz.

De qualquer forma, apesar da centralidade simbólica das idéias de miscegenação na nossa expressão cultural, - reforçando incansavelmente nossa expertise em harmonizar as diferenças -, a experiência social dos negros e das mulheres brasileiras foi sempre marcada pela intolerância e pelo preconceito racial ou sexual.

Um dado biográfico mas que, com certeza, pode ser generalizado é o surgimento do meu interesse pelos estudos de gênero. Como uma grande parcela das pesquisadoras que se envolvem nestes estudos, meu interesse foi despertado num estágio de pesquisa pós-doutoral que desenvolvi, durante 18 meses, na Universidade de Columbia, NY, sob a orientação da Professora Jean Franco. No início relutante e desconfiando seriamente da

existência de sexismo ou discriminação contra a mulher em nosso país, fui pouco a pouco percebendo a extensão da armadilha discursiva sobre a questão da mulher entre nós.

Uma vez engajada, procurei, no meu retorno, trazer o máximo possível de bibliografia e conhecimento teórico produzido nesta área do saber. Chegando, fundei um Núcleo de Estudos de Gênero na UFRJ, e pus mãos à obra. Foi quando me adveio a primeira grande surpresa. Os modelos que eu, tão cuidadosamente, trazia pra meu trabalho com as escritoras brasileiras, no caso a obra de Rachel de Queiroz, simplesmente não funcionaram.

Passado o primeiro momento de desapontamento percebi, naquele desconforto metodológico, algum interesse teórico. Pouco a pouco, defini essa dificuldade de transplante de modelos como meu tema prioritário nos estudos de gênero no Brasil. Neste caso, um dos fatores mais importantes de desajuste local dos paradigmas externos foi, sem dúvida, a regência da ambiguidade e da verticalidade na estrutura das relações de poder em nossa sociedade.

Portanto, um primeiro traço distintivo da prática e da reflexão feministas no Brasil tornou-se para mim, sem dúvida, o que fazer com a ambiguidade estrutural que percorre nossos discursos sobre gênero e raça de raiz modernista.

Por outro lado, volto ao próprio contexto de formação e legitimação destes estudos, ao momento do início dos anos 80

Não deve ser por mera coincidência que os estudos de gênero no país estabeleceram-se ou afiliaram-se – no sentido usado por Edward Said referindo-se ao movimento complexo de “afiliação histórica e social” das idéias e teorias que “viajam” (SAID: 1983:226) precisamente em 1985, o auge do período dos debates e mobilizações políticas e culturais em torno da redemocratização do país após a longa noite de trevas da ditadura militar.

Algumas outras características singulares do nosso feminismo neste contexto merecem menção.

Nestes tempos de luta contra o autoritarismo, o movimento feminista aliou-se, em sua maioria, à partidos políticos, à associações de esquerda e à organizações de base ligadas

aos setores progressistas da Igreja Católica, naquela época uma das forças mais radicais de resistência ao regime militar. Como nos mostra Cynthia Sarti (SARTI: 1984), em função dos constringimentos do momento político no qual o feminismo brasileiro se estabelece, nosso feminismo é levado a focar e priorizar metas coletivas, como a defesa dos direitos humanos, a condição social das mulheres e demandas de liberdade política, deixando de lado as reivindicações específicas do movimento feminista internacional com o qual, de certa maneira, estava conectado. Dessa forma, o feminismo brasileiro, desde o momento em que se associou à Igreja, viu-se basicamente impedido de tratar certos temas fundamentais como a liberdade sexual, o aborto, o divórcio. A aliança com a Igreja neste caso, ao mesmo tempo em que conduzia as feministas à uma maior militância e resistência política, terminou curiosamente elegendo como grandes arenas para sua ação política duas instituições fundamentalmente conservadoras como a Família e a Igreja. Ainda que essas alianças em alguns casos tenham gerado estratégias originais e interessantes, como o Movimento de Mães pela Anistia, não há dúvida de que estas alianças também colocaram (e ainda colocam) sérios problemas para o avanço das reivindicações de nossas feministas pelos direitos individuais das mulheres.

Foi neste quadro de entusiasmo e reaquecimento democrático, em meio à ação de largo contingente de mulheres se organizando e assumindo seu papel na cena pública, que os estudos feministas floresceram e se impõem como uma nova tendência nos círculos acadêmicos. No período entre 1985 e 1996, os estudos sobre a mulheres sobressairam-se na ANPOLL como o GT de maior crescimento relativo.

Desde sua formação, este GT mostrou também um perfil bastante específico que, de certa forma, reforça os traços locais de nossa militância no mesmo período. Como já havia observado Cynthia Sarti (SARTI: 1984) na palestra citada acima, uma característica recorrente do perfil de nossas militantes é foto de sua “quase necessária” passagem pelo exterior, seja por bolsas de estudo, por exílio ou por exílio do cônjuge. Assim como se nossos quadros precisassem de distância para se sensibilizarem com a questão feminista tão depreciada em nossas sociedades. Da mesma forma, podemos verificar que a composição do GT Mulher e Literatura da ANPOLL, neste momento inicial é, na maior parte, de

professores vindos de uma experiência no exterior, o que promove uma liderança dos departamentos de inglês nessa área de estudos.

Outro ponto a ser ressaltado era, mesmo no interior destes estudos uma certa rejeição à ótica nomeada como feminista. O GT, em seus primeiros anos, revela mesmo uma certa tensão entre três grupos assim formados: um grupo mais ligado à psicanálise e que buscava definir a especificidade de uma sensibilidade ou de uma escrita “feminina” e que rejeitava o engajamento com o que era entendido então como sendo as teorias feministas, outro grupo, mais “arqueológico”, que dedicava-se ao resgate de escritoras mulheres silenciadas pela historiografia canônica e outro um grupo que enfatizava o estudo de personagens femininos privilegiando os estudos da percepção masculina da mulher e assumia um engajamento mais feminista. Nenhum destes grupos abordou, pelo menos neste período inicial dos nossos estudos de gênero, a questão central da ambiguidade e da ideia de assimilação das diferenças levada pela bandeira antropofágica modernista.

Esta questão, entre nós, aparentemente migra para os estudos negros e vai merecer especial atenção em 1988, no bojo dos debates gerados pelas comemorações do Centenário da Abolição, focando particularmente a noção de “democracia racial” (FREYRE: 1989). De fato, ao longo da década de 1980, o grande desafio dos estudos negros foi contra-atacar os mitos da miscigenação benigna e da ideia de co-existência harmônica das diferenças no Brasil.

Este assunto não foi aprofundado da mesma maneira nos estudos de gênero da época, nem mesmo tenho notícia de estudos que enfrentem o cânone modernista – ainda hegemônico na nossa produção cultural - de maneira mais sistemática.

A pergunta é: depois desse momento inicial, configurado com suas regras e características próprias e desenvolvendo-se de maneira bastante coerente com os próprios traços culturais das relações de poder no Brasil, como estaria respondendo a área dos estudos de gênero ao impacto da globalização?

Não tenho a pretensão oferecer um diagnóstico ou mesmo uma resposta satisfatória a esta questão. Mas vou aqui tentar encaminhar algumas observações e dúvidas pessoais

que venho me colocando como uma pesquisadora engajada com o questão da mulher neste novo milênio.

A primeira é sobre a própria noção de diferença. Num quadro histórico novo, fortemente marcado pelos processos produtivos de uma sociedade do consumo, no qual a noção de diferença perde seu antigo valor contestador e passa a figurar como uma meta para a nova lógica da diversificação de mercados segmentados, de personalização dos serviços e customização de produtos, como lidar com o próprio desgaste de uma política da diferença?

Cá e lá, sugestões de diferentes pensadores começam a sugerir saídas e marcar novos sentidos possíveis para novas posições e reavaliações da noção de identidade. Nessa pista surge um Fredric Jameson (JAMESON:1988: 347) sinalizando a obra de arte nestes novos tempos como produtora de um “mapeamento cognitivo” do sujeito no espaço social e geopolítico de alta indefinição e mobilidade; Stuart Hall (HALL:2000: 37) recomendando cuidado no uso de noções como “identidade” (identity) e “raiz” (roots) e propondo sua vantajosa substituição por noções como “identification” (identificação) e “rotas” (routes) (HALL:2002); Andreas Huyssen (HUYSEN:2000:7) pregando o risco do termo “cultura” por sua fatal remissão à idéia de localidade; Alberto Moreiras escrevendo um longo ensaio sobre o desgaste da diferença enquanto referência política para os estudos latinoamericanos (MOREIRAS:2001)

Enfim, por todos os lado, a necessidade de repensar a idéia da singularidade da diferença num contexto globalizado. Não há mais como não enfrentar a instabilidade conceitual gerada pela emergência de noções mais flexíveis como identidades situacionais ou posicionais, hibridização cultural, fronteiras flutuantes, derivas de gênero e mesmo a fratura teórica na idéia de nação agora definida por alguns pensadores como Homi Bhabha, (BHABHA: 1990: 291) como um contínuo deslizar de categorias como sexualidade, classe, paranóia territorial ou diferenças culturais.

O que se torna mais intrigante é que, os estudos de gênero, apesar da produtividade de suas pesquisas e atividades e da importância de seu papel para a formulação de políticas públicas, justamente nesse momento tão estimulante e desafiador venha

experimentando um certo congelamento teórico e perdendo sua posição de intervenção acadêmica de ponta.

Isto soa meio anacrônico para mim porque – especialmente em sociedades periféricas ou em desenvolvimento, gênero ou qualquer outro campo teórico que lide com identidade, tem em mãos a responsabilidade por suas já comprovadas conquistas políticas e epistemológicas, de oferecer formas de pensar este novo quadro de mobilidade das diferenças. Reflexão esta que será definitiva para o exame crítico não apenas das tensões, articulações e alianças internacionais mas, sobretudo, o impacto destas tensões no interior das lógicas de poder de suas próprias sociedades.

Um exemplo disso é, como demonstra algumas alterações de percurso nos nossos estudos negros, que começam a abandonar o quadro de interpretações dominantes que interpretava até bem pouco tempo nossa ambiguidade e reatividade discursiva como uma maneira de naturalizar a exclusão das diferenças e a reprodução de desigualdades em nossa sociedade. Tomando outra via, estes estudos começam agora a identificar nessa ambiguidade e reatividade uma eficiente estratégia de sobrevivência não apenas no quadro mais amplo – e mais violento – das relações entre países metropolitanos e periféricos, mas também um valioso caminho de negociação com os não menos violentas particularidades das relações de poder no Brasil.

Tomando apenas um exemplo de flexibilização conceitual como esse, é fácil perceber como e porque os estudos sobre a mulher entre nós, neste momento, pode e deve adquirir relevância e importância.

REFERÊNCIAS

APPADURAI, Arjun. *Modernity at Large: cultural dimensions of globalization*. University of Minnesota Press, 1996

BHABHA, Homi K., ed. *Nation and Narration*. Routledge, 1990, p. 291-322

FREYRE, Gilberto. *Casa Grande e Senzala*. RJ, Record, 1989

HALL , Stuart. “Whose heritage?Un-setting ‘the heritage’,re-imagining the post-nation.In: Third Text 49, winter 1999-2000

HUYSEN, Andreas. “Reconsidering the High and Low Debate in Global Context. Aesthetics and Politics in an Age of Globalization”.” The Seduced by Memory Seminar.mimeo, 2000

JAMESON, Fredric. “Cognitive Mapping” in NELSON Cary e GROSSBERG, Lawrence, *Marxism and the interpretation of culture*. Univ. of Illinois Press, 1988. Pp 347-361

LACLAU, Ernesto. “A Política e os limites da modernidade”in: HOLLANDA, Heloisa Buarque de *.Pós-Modernismo e Política*. RJ. Ed. Rocco, 1992. Pp 127-149

MOREIRAS, Alberto. *A exaustão da diferença: a política dos estudos culturais latino-americanos*. Editora UFMG, 2001.

MULHERES SEM MEDO DO PODER: chegou a nossa vez, Cartilha para Mulheres candidatas a vereadoras, Bancada feminina no Parlamento Nacional, IBGE, Federal Senate, Rio de Janeiro, July 1996.

RELATÓRIO GERAL SOBRE A MULHER NA SOCIEDADE BRASILEIRA – IV Global Conference on Woman: action for equality, development and peace, Peking 1995, Federal Republic of Brasil, Brasília, December 1994.

SARTI, Cynthia. *O Movimento Feminista n Brasil*. Palestra, Fundação Carlos Chagas, 1984